

PAULISTANIA

ORGÃO OFICIAL DO CLUBE PIRATININGA



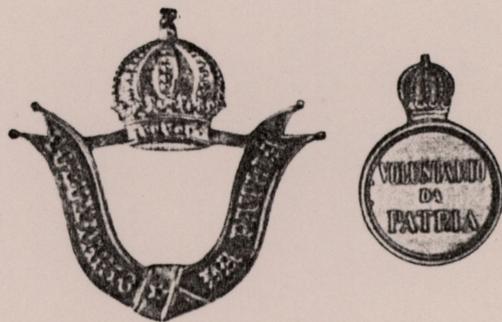
N. 72

★ CLUBE
PIRATININGA

cmp 2.1.30.71

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA
EX-CHEFE DA SECCÃO DE NUMISMÁTICA
DO MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Evocações



Distintivo de Voluntários da Pátria.

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

(No primeiro Centenário da Campanha do Paraguai)

Evocar a campanha do Paraguai é recordar, com singular relevo, estes magníficos soldados — os VOLUNTÁRIOS DO PÁTRIA.

O ato do ditador paraguaio Francisco Solano Lopez aprisionando, naquele 11 de novembro de 1864, sem prévia declaração de guerra, o barco brasileiro «MARQUÊS DE OLINDA», que conduzia o presidente da província de Mato Grosso e a invasão, a seguir, do sul da mesma província, provocaram viva repulsa no Brasil. Protestos indignados surgiram em todas as latitudes. Era uma guerra injusta que se fazia ao Brasil e não seria possível deixar de repelir o invasor e castigar a afronta.

Não se estava preparado para a guerra e quase tudo foi preciso improvisar.

Pelo Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criou o Governo Imperial corpos extraordinários para serviço de guerra, compostos de cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50. É um extenso documento e consta de 15 artigos. O Imperador firmou-o, na ausência do Corpo Legislativo, ouvindo o seu Conselho de Ministros, o qual, unânime, referendou o decreto.

A idéia da criação e organização desses corpos provisórios foi dada por Caxias, que os denominou VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA. Segundo monsenhor Pinto de Campos, «Vida do Duque de Caxias», pág. 220, desde o início da guerra, o Governo solicitava o conselho e a orientação do grande Lima e Silva. A pedido do ministro da Guerra, ele deu um plano de organização do Exército e outro de campanha, que, infelizmente, não foram adotados.

Os VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, foram enviados na Côrte e nas Províncias. As condições de entrada nos batalhões eram na época muito vantajosas. Ao apêlo do Imperador em 1865, acudiram as Províncias, organizando-se 57 batalhões de VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, sendo 13 da Bahia, 11 do Rio de Janeiro (Côrte 7, Província 4), 8 em Pernambuco, 4 no Rio Grande do Sul, 3 em cada uma das Províncias de São Paulo, Minas e Maranhão, 2 no Pará, 2 no Piauí e um em cada uma das Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Goiás e Mato Grosso, um composto de voluntários do Ceará, Piauí e Sergipe. Um somente (nº 10 e depois nº 48), composto de estrangeiros. (Barão do Rio Branco, «História do Brasil», pág. 132).

D. Pedro II declarou-se o Primeiro Voluntário e, com a tarda dessa floriosa milícia, envolto num poncho gaúcho, assistiu à Rendição de Uruguaiana.

Os VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA! Por onde lhes iniciar a folha de brilhantes e patrióticos serviços? As «Ordens do Dia» do Exército do Império consignam esses serviços. Uma plêide de historiadores os fixaram nos volumes brilhantes e imortais da nossa História Militar.

O 7º DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Fundara-se, em São Paulo, a Associação Promotora dos Voluntários da Pátria, da qual faziam parte vultos de destaque na política do País, entre eles os doutores Joaquim Floriano

de Toledo, Manoel Antônio Duarte de Azevedo, João Ribeiro dos Santos Camargo, Joaquim Justo da Silva, Diogo de Mendonça Pinto, João Mendes de Almeida e outros.

Nos primeiros dias de janeiro de 1865, está organizado o glorioso 7º de Voluntários da Pá-

tria de São Paulo, composto pela mocidade paulistana. A título de curiosidade, vamos dar os nomes dos oficiais paulistas, alguns dos quais ligados a famílias tradicionais de nossa terra:

Francisco Joaquim Pinto Pacca, tenente-coronel comandante.

Cândido Belisário Quintanilha Jordão, alferes-ajudante.

Francisco Assis Castro e Silva, alferes Quartel-mestre.

Henrique Alves de Carvalho, alferes-secretário.

João Francisco de Siqueira Andrade, alferes-capelão.

CAPITÃES: Antonio Ferras do Amaral, Antonio Alves Marques; Diogo Antonio de Barros; Antonio Carlos da Silva Telles; Felício Ribeiro dos Santos Camargo; Francisco de Assis Pereira de Castro, Fortunato de Campos Freire, Joaquim Compton d'Elboux.

TENENTES: Antonio de Pádua Silveira Franco, João Antonio Vieira, João Francisco de Azevedo, Gustavo Adolfo Peixoto de Azevedo, Martinho da Silva Prado; Antonio Pedroso Goulart (1), Cipriano Francisco de Assis, João Monteiro de Toledo.

ALFERES: Francisco de Paula Penteado, Francisco Libório de Oliveira, Antônio Nardi de Vasconcelos, Antônio Lopes Guimarães, Joaquim Monteiro Soares, Carlos Augusto Ramalho da Luz, Pio Corrêa da Rocha, Cláudio de Paula Machado, Joaquim Tomaz Cardoso de Melo, Francisco Justino dos Santos Moura, Belisário Augusto de Sena, João Antonio de Paula Vieira, João Fabiano da Costa Machado, José Francisco de Assis Penteado, Francisco Benedito de Matos, José Antonio de Albuquerque.

OFICIAIS ADIDOS - CAPITÃES: Elias José de Oliveira, Tristão de Almeida.

TENENTES: Valentim José Rodrigues, Roldão Marques de Brito, Mateus Marques de Moura Leite, Joaquim José de Almeida, Raimundo do Espírito Santo Fontenelle, João José da Silva Costa, Afonso Aurora Terra, Eugênio Luciano de Sampaio, Pedro Palhares de Andrade, Francisco de Paula Nogueira, alferes Portabandeira (2).

A 9 de julho de 1865, no largo da Sé, está formado, com um efetivo de 800 homens, o 7º DE VOLUNTÁRIOS DE SÃO PAULO. Vai ser entregue aos bravos soldados de Piratininga o Pavilhão Nacional, bordado por iniciativa das senhoras d.d. Francisca Paulina da Fonseca e Maria Amélia Pinto Maurício e outras senhoras paulistas.

Preside à bênção e à entrega da bandeira ao 7º, o Bispo Dom Sebastião Pinto do Rego, que, em vibrante alocução, concita os voluntários Paulistas a defender nos campos de batalha a integridade e a soberania da Pátria.

Finda a cerimônia religiosa, o ilustre representante da Igreja passa à mãos do Presiden-



Bandeira do 7º de Voluntários da Pátria de São Paulo.

te da Província, dr. João Crispiniano Soares, o sagrado Pavilhão. Este, encaminhando-se ao batalhão formado, pronuncia eloquente discurso de despedida e confia a alferes Porta-bandeira, Paula Nogueira, mais tarde morto no ataque a Bocanha, a Bandeira que iria nortear o 7º nos campos da luta.

As primeiras tropas já haviam partido desta capital desde 10 de abril, sob o comando do coronel Manoel Pedro Drago. Ao conselheiro e velho professor João Crispiniano Soares, agora na Presidência da Província, deviam-se os preparativos da mobilização do 7º, que fardou, armou e equipou, pronto para partir para Santana do Parnaíba, em Mato Grosso. A ele, juntaram-se inúmeros patriotas que prestaram concurso entusiástico ao Brasil, destacando-se a marquês de Santos, então viúva do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e que colaborou com grandes donativos em dinheiro.

E o 7º DE VOLUNTARIOS DA PÁTRIA partiu. A Pátria conclamava seus filhos para defendê-la. São Paulo lêz questão de dar o seu tributo.

UM CONCERTO MUSICAL EM HOMENAGEM AOS VOLUNTARIOS DA PÁTRIA

Aos 15 de novembro de 1865 realizou-se, em São Paulo, um grande sarau musical em homenagem aos bravos Voluntários da Província de São Paulo, organizado pelas senhoras D. Maria Júlia da Silva Telles, d. Luiza Emília da Conceição e Azevedo, d. Josephina Porfírio de Lima, d. Francisca de Paula Xavier de Toledo, d. Ermelinda Eugenia de Freitas Vilalva e d. Maria Izabella Vieira Guimarães e pelos jovens Henrique Oswald e Augusto Carlos da Silva Telles e pelo sr. Gabriel Giraudon.

Esse concerto constou de números de canto, piano e violino. As participantes eram todas amadoras, discípulas do Prof. Gabriel Giraudon e o programa foi «acéfico», excluídas marchas e hinos guerreiros.

Constava esse concerto de:

1ª Parte

«Serenata» — Ch. Gounod.
«Convite à valsa» — Weber.
«Nabucodonosor» — Verdi.
«Habaneras» — fantasia de H. Ravina.
«Tu ne saurais m'oublier» — G. Giraudon.
«Serenas» — Schubert.
«Ballo in maschera» — Verdi.
«Corsário, fantasia» — Verdi.

2ª Parte

«Lucrécia Borgia» — Donizetti.
«A mendicante» — Braga.
Moisés, fantasia» — Rossini.
«Norma» — Bellini.
«Sonâmbula» — Bellini.
«Africana» — Meyerber.
«Côro dos Bardos» — Rossini.
«Gemma de Vergy» — Donizetti.
«Valsa rápida» — Lacombe.
«Bellisário» — Donizetti.
(concerto para dois pianos).

Foi esse o primeiro concerto, dado na Capital, em que apereceram, tocando piano em público, sennhoras da sociedade local.

A CONTRIBUIÇÃO DA VELHA FACULDADE DE DIREITO

A velha Faculdade de Direito de São Paulo, também deu a sua contribuição à luta que o Império do Brasil travou contra o governo paraguaio. Estudantes, bacharéis e professores, desde os primeiros rebates guerreiros, estiveram a postos, oferecendo os seus serviços à defesa da Pátria. Uns fizeram vibrantes discursos, como Martim Cabral Moreira dos Santos; outros derramaram em versos a sua emoção, como Pedro Luís Pereira de Souza ou como José Bonifácio o Moço. Houve os que administraram e dirigiram, como o bacharel e Brigadeiro-General Couto de Magalhães, Presidente da Província de Mato Grosso, ou como José Antonio Saraiva, ministro substituto da Guerra e da Marinha no 21 gabinete (em 1865 e 1866), ou ainda o bacharel Afonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro Preto), que foi o grande ministro da Marinha no tempo em que a nossa gloriosa Esquadra aniquilou a fortaleza de Humaitá.

Mas houve, também, bacharéis e estudantes que seguiram corajosamente para os campos de batalha, dispostos ao sacrifício cruento em prol do Brasil. Lembrar-lhes os nomes será um ato de justiça.

O Imperador Dom Pedro II, Voluntário da Pátria N.º 1, fardado ao partir para Uruguiana.



ESTUDANTES: Antonio Antunes Ribas — Voluntário da Pátria, João Vicente da Silva Bueno — Voluntário da Pátria, Leopoldino Cabral de Melo — Voluntário da Pátria, ferido em combate, Lupércio da Rocha Lima — Voluntário da Pátria, Mateus Marques de Moura Leite — Voluntário da Pátria, — Marinho da Silva Prado Júnior — Voluntário da Pátria.

BACHARÉIS: Antônio Gonçalves de Carvalho — Turma de 1863. Foi auditor de guerra em Mato Grosso. Fêz depois o resto da campanha no próprio território inimigo. Teve o posto de major em comissão, sendo mais tarde ministro do Supremo Tribunal Federal. Egidio Mariano de Sousa Bessa — Turma de 1863. Alferes, Fernando Sebastião Dias da Mota — Turma de 1832. Foi secretário do duque de Caxias, falecendo no Paraguai em 1870. Felício Ribeiro dos Santos Camargo — Turma de 1863. Teve o posto de capitão, por atos de bravura.

UM CORNETEIRO DOS VOLUNTARIOS DA PÁTRIA

«Depois de soar a última nota das cornetas do exército, vibrou nos ares, maviosa e plangente, a do corneteiro-mór, do 7º de Voluntários, batalhão de São Paulo. Era um verdadeiro artista esse paulista agigantado; tinha o orgulho da profissão; não tocava regularmente como os outros; ilôreava, tremia, chorava, gemia e cantava; executava o toque como um hino de saudade e terminava lento, suave e muito triste, até morrer como um gemido longínquo, confundindo-se no silêncio da noite.

Como nos comovia o toque de silêncio do corneteiro-mór do 7º de São Paulo! Que saudades tenho ainda daqueles tempos!...» (Reminiscências da Campanha do Paraguai, general Dionísio Cerqueira, pág. 134).

Rompia a manhã nos campos de Tuiuti e já se divisavam as alvas tendas dos exércitos aliados, que se estendiam pelas cochilas afóra, quando de surpresa o inimigo ataca. Na impossibilidade de revidar com a rapidez necessária, dispunham-se os aliados a uma retirada quando, em clarinadas encorajadoras, soou estridentemente o toque de AVANÇAR.

As vozes imperiosas dos oficiais, já refeitos da surpresa, formam as tropas e, de baionetas caladas, enfrentam corajosamente o inimigo troçoço.

E o toque de AVANÇAR continua ininterrupto e vibrante. Que ressonância indistinctível!

O momento era solene. «VAMOS a ELES, RAPAZES. A BAIONETA!...» E o toque de AVANÇAR continua vibrando no espaço, repetido agora por todas as cornetas. Vibrou o som festivo do — acelerado — e logo depois o mais grandioso de todos — o toque da carga! E o momento da alucinação. Saindo das fileiras, atacam a baioneta o valente adversário. Detonações, gritos, um fumo acre, um inferno de violência e brutalidade explodindo no ar... mas pouco a pouco as explosões espaçam-se, decrescem, cessam. Recuara o inimigo e a bandeira da Pátria, naquele mês de maio de 1865, tremula aureolada pelo prestígio da vitória.

Quem ordenara com tanta insistência o toque de AVANÇAR? Ninguém. Fôra o corneteiro João José de Jesus, prêto escravo do coronel Joaquim Antonio de Paula Machado, que se alistara como VOLUNTARIO DA PÁTRIA em Jacaré, que assim o fizera. Quando notou a hesitação das forças aliadas, não trepidou. Eximio corneteiro, fez vibrar a ordem de AVANÇAR, eletrizando os bravos de Osório.

Os paraguaios, verificando o embaraço que lhes causava a impertinência daquele toque cada vez mais vibrante, convergiram o fogo de seus luzas para os lados de onde vinham os sons emitidos pelo bravo corneteiro.

Pouco tardou... e o bravo de Jacaré fica sem a ação de seu braço direito, estraçalhado por bala. Toma a corneta na mão esquerda e continua impavidamente o toque de AVANÇAR. Outra bala quebra-lhe uma clavícula. Nesse instante, um soldado que lhe estava perto, apanha a corneta que caíra ao solo com o seu glorioso portador e João José, mesmo deitado, espadado e descoberto, o sangue a jorrar das feridas, abundantemente, e quase a desfalecer, ainda procura prosseguir na sua obra de encorajamento. Tinha, então, uma perna quebrada. E, esvaindo-se em sangue, pôde ouvir, executada pelas bandas e clarins, a marcha triunfal da vitória! Não se contendo, João José fêz um esforço supremo e levanta meio busto, para melhor escutar o clangor das fanfarras, quando duas balas perdidas, providas dos retirantes paraguaios, põem termo a existência do modesto e extraordinário corneteiro de Jacaré. Enquanto este exalava seus últimos suspiros, as forças inimigas eram perseguidas pelas nossas tropas até próximo do «Pctreiro Pires» e «Lagoa Pires».

Um grupo de oficiais e soldados rodeia o local onde João José jazia morto, ainda quente, quando o inolvidável Osório, chegando a galope, estaca o seu corseel e pergunta cheio de satisfação: DE ONDE É O CORNETEIRO? E o coronel Pinto Pacca, que havia substituído o bravo Gomes de Freitas, também morto gloriosamente à frente de seu batalhão, responde: — DE JACARÉ, PROVINCIA DE SÃO PAULO, MEU GENERAL, ao que Osório ajuntou comovido: — PRESTEM-LHE HONRAS MILITARES, FOI UM HERÓI! e ato contínuo, desembainhando sua espada, abate-a em continência militar. E, em meio do mais profundo silêncio, os oficiais presente imitam o gesto nobilíssimo do grande Osório, acompanhados pelos soldados que, de baionetas caladas, apresentavam armas ao companheiro caído.

E assim morreu o heróico corneteiro dos VOLUNTARIOS DA PÁTRIA, João José de Jesus. Morreu, mas a História não esquecerá o seu nome. Morreu por um ideal que não admite hesitações na sua defesa — A PÁTRIA. Honrou um Exército e uma Nação.

A IMPERIAL ORD.ª M DO CRUZEIRO NA BANDEIRA DO 7º DE VOLUNTARIOS

F, à sombra da Bandeira do 7º, bordada pelas senhoras paulistas, os soldados voluntários de Piratininga cobrem-se de glórias.

Tujucú, Estabelecimento, Tuiuti, Surubú, Angustura, Chaco, Vileta, Piquiciri, Assunção, Luque, Taquaral e Cerro Corá. E foram tais os seus feitos de bravura nos campos da luta que, o Governo Imperial, por decreto de 1 de maio de 1866, referendado por Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, agraciava a bandeira do 7º DE VOLUNTARIOS DA PATRIA com a venêra da IMPERIAL ORDEM DO CRUZEIRO.

O capitão Francisco Sabino de Freitas, secretário militar da Missão Especial do Brasil no Rio da Prata, foi o portador da insígnia. Em pleno campo da luta, entrega-a a Osório e, ante o olhar atento de oficiais, soldados e circunstantes, o lendário marquês do Herval, em nome de S. Magestade o Imperador D. Pedro II, prende à haste da Bandeira, a condecoração honrosa, testemunhando, assim, os agradecimentos da Nação.

A condecoração apresenta-se separada em duas partes, por bala recebida na sangrenta batalha de Tuiuti; foi como um beijo de glória que, ao atingir o alvo, nele imprimisse os indelévels vestígios da guerra e do heroísmo, tornando-a maior, duplamente preciosa.

O esgarçamento da seda da Bandeira originou-se de três perfurações, que a atingiram durante essa memorável luta e por ela passa a visão apocalíptica da batalha tremenda, corpos em contorsões, o crepitar da fuzilaria.

O REGRESSO DOS VOLUNTARIOS DA PATRIA

Terminara a guerra do Paraguai. Raiara jubilosamente o dia 25 de abril de 1870. Eram 11 horas da manhã. A estação da Luz apresentava-se repleta. A frente de todos o presidente da Província, dr. Antônio Cândido da Rocha, a Câmara Municipal incorporada e grande massa de povo.

Partira o 7º com o efetivo de 800 homens e regressava com o número reduzido. Mas os bravos VOLUNTARIOS DA PATRIA desembarcaram com a Bandeira triunfante, crivada de balas, enodada de sangue e enegrecida pelo fumo dos combates. Muitos choravam de emoção. As bandas de música tocavam o Hino Nacional.

Da estação da Luz dirigiu-se o Corpo de Voluntários, em coluna aberta, para a frente do Seminário Episcopal, onde os religiosos capuchinhos haviam erguido um altar para a realização da missa, que foi rezada por monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade. Finda a cerimônia, os heróicos Voluntários rumaram para a cidade, pela rua Alegre, hoje Brigadeiro Tobias, seguidos por uma multidão que ovacionava entusiasticamente os combatentes, o Exército Brasileiro e o governo.

Na mesma rua Alegre, defronte à casa onde residia o dr. Camilo Gavião Peixoto, erguia-se lindo arco, em forma de castelo. Outros arcos, de murta e palmeiras, foram levantados em outros pontos da Capital, em regosio.

Depois de breve descanso no Quartel de Linha, que era o quartel da guarnição da cidade, o batalhão de Voluntários seguiu para o Jardim Botânico, atual Jardim da Luz, onde o Corpo Comercial lhes oferecia um banquete de quinhentos talheres. A entrada do Jardim, meninas com certas de flores espargiam sobre os bravos paulistas sua homenagem de crianças. Uma delas, a senhorita Celestina, filha do sr. Celestino Bourroul, negociante francês radicado em São Paulo, destacando-se, recita com elegância a seguinte oração:

«Voluntários Paulistanos! O Corpo do Comércio desta Capital, preferiu a mão da infância para atar na vossa vitoriosa Bandeira essa coroa de louros, querendo deste modo significar-vos toda a pureza e sinceridade de seus sentimentos para convosco.

Permiti, pois, que eu cumpra este gracioso dever e junte mais uma às outras que já tendes e que não são tantas quanto por vêzes merecestes.

«Vós fostes dignos do nome de Paulistas! e Itapirú, Tuiuti, São Solano, Estabelecimento, Pirabeby e Aquidaban, proclamando vossas batalhas homéricas, burilão vossos nomes no bronze do escudo Nacional.

Alguns dias, acreditai-o, quando doutrinaros nossos filhos na austeridade da honra, na abnegação do patriotismo, vós sereis o nosso exemplo do sacrifício e da heroicidade.

E ide, que esta vossa última jornada é também de trabalhos e fadigas; mas felismente só de prazeres e de glórias, já no seio da Pátria agradecida.

Viram os Voluntários Paulistanos!
Viram o Exército e Armada nacional!
Viva a Nação Brasileira!»

Preside o banquete, o conselheiro dr. João Crisóstomo Soares que, em nome dos comerciantes de São Paulo, fez o discurso oficial. Falou também o brigadeiro Francisco Antônio de Oliveira, organizador do batalhão. E seguiram-se mais discursos, como era uso na época,

quando chegam os estudantes da velha Academia. O banquete é interrompido e os soldados entram em forma. Em eloquente oração, fala pelos acadêmicos o quintanista, Francisco de Paula Rodrigues Alves, que faz entrega de uma coroa de prata com laços de ouro e fitas de damasco verde, franjadas de ouro, em cujo se lia esta inscrição: AOS BRAVOS VOLUNTARIOS DE SÃO PAULO, O CORPO ACADEMICO — 1870.

Presa à haste dessa Bandeira, nota-se uma pequena medalha de ouro do Jaraguá, em forma oval, com a imagem de N. S. da Conceição, ofertada por distinta senhora da família Quartim e que acompanhou essa Bandeira durante toda a campanha. Além da coroa de prata acima descrita, foram oferecidas mais quatro, em forma de louros; uma pela Municipalidade da Capital e as outras pelos jovens paulistas residentes na Corte, pelos estudantes paulistas das escolas Central e de Medicina do Rio de Janeiro e, outra, por uma paulistana.

A ENTREGA DA BANDEIRA AO CABIDO

Pelo Aviso do Ministério da Guerra, de 28 de fevereiro de 1870, à medida que os batalhões regressassem, deveriam depositar suas bandeiras na catedral ou na igreja matriz da Capital de cada Província.

A gloriosa Bandeira do 7º, voltava do Paraguai acompanhando reduzido grupo de VOLUNTARIOS daquela unidade. Já no fim da campanha, para formar batalhão, teve o 7º de se fundir, sob nº 35, com os restantes também paulistas do 42 e do 45.

Na tarde de 27 de abril de 1870, realizou-se a solenidade da entrega da Bandeira ao Corpo Capitular da Sé de São Paulo. Foi, segundo um jornal daquela época, uma cena muito tocante, pois às quatro horas da tarde um numerosíssimo concurso de povo enchia o templo, em cujo centro, aberto pela multidão, estava postado o Batalhão de Voluntários da Pátria, com a sua oficialidade à frente.

Então, o dr. Antônio Cândido da Rocha, presidente da Província, usando da palavra, saudou-os, convidando em seguida o comandante dos bravos rapazes a entregar-lhe no altar o pendão glorioso. Acompanhado do comandante, dos oficiais do batalhão e dos membros do Cabido da Catedral, indo até o altar da capela-mór, o presidente ali o depôs.

O padre Francisco de Paula Rodrigues, monsenhor cônego arcebispo do Cabido e Vigário Capitular do Bispado, o boníssimo Padre Chico, subindo ao púlpito, proferiu bellissima oração congratulatória. Logo depois foi oficiado solene «Te-Deum-Laudamus», por monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, Vigário Capitular do Bispado.



Francisco de Paula Nogueira, alférez porta-bandeira do 7º de Voluntários da Pátria de São Paulo.

Foi lavrada, então, pelo amanuense da Secretaria do Bispado, Lourenço Domingos Martins Júnior, um auto de entrega a depósito, que foi assinado, após sua leitura, pelo presidente da Província, Cabido, Câmara Municipal, lentes da Faculdade de Direito, deputados gerais e provinciais, magistrados, oficiais do Batalhão de Voluntários da Pátria, da Guarda Nacional, do Exército Imperial, do Corpo de Permanentes e mais autoridades civis e militares, funcionários públicos e diversos cidadãos presentes à solenidade.

Essas Bandeiras, lamentavelmente, estão quase todas desaparecidas! A do 7º de VOLUNTARIOS DA PATRIA, graças ao patriotismo do saudoso Arcebispo de São Paulo, o Senhor Dom Duarte Leopolda e Silva, está hoje religiosamente guardada no magnífico Museu da Cúria Metropolitana.

O seu valor, como peça histórica, é infinitamente grande. As coroas de louros que a ornamentam, ofertadas pela população paulista, e a insígnia de CAVALEIRO DA IMPERIAL ORDEM DO CRUZEIRO, são flores que esmaltam de glória a Bandeira da Pátria, para exemplo e incentivo das gerações futuras.

DISTINTIVOS DOS VOLUNTARIOS DA PATRIA

Em vista do diminuto efetivo do Exército, o grosso das tropas que participaram da Campanha do Paraguai, era composto dos corpos provisórios de cavalaria, guardas nacionais e Voluntários da Pátria.

Para estes não houve plano definitivo de fardamento. Os primeiros batalhões organizados, apresentavam-se como os do Exército ou aproveitavam fardas das unidades de polícia, ou, ainda, da guarda nacional de que se originaram.

Usaram muito chapéus pretos, de feltro, com a aba levantada, trazendo o número do batalhão e o tope nacional e depois passaram a usar o «kepi-cavaignac» ou boné de aba larga quadrada, com vivos verdes e vermelhos.

Mas todos traziam, oficiais e soldados, o distintivo privativo dos Voluntários da Pátria.

Vamos descrevê-los:

O do decreto de 7 de janeiro, era uma chapa de metal amarelo, encimado pela Coroa Imperial, com os dizeres em relevo:

VOLUNTARIO DA PATRIA

Era preso no dolman, no alto do braço esquerdo.

O do boné era feito no mesmo metal, de forma redonda e encimado pela mesma Coroa. No centro, a inscrição:

VOLUNTARIO DA PATRIA

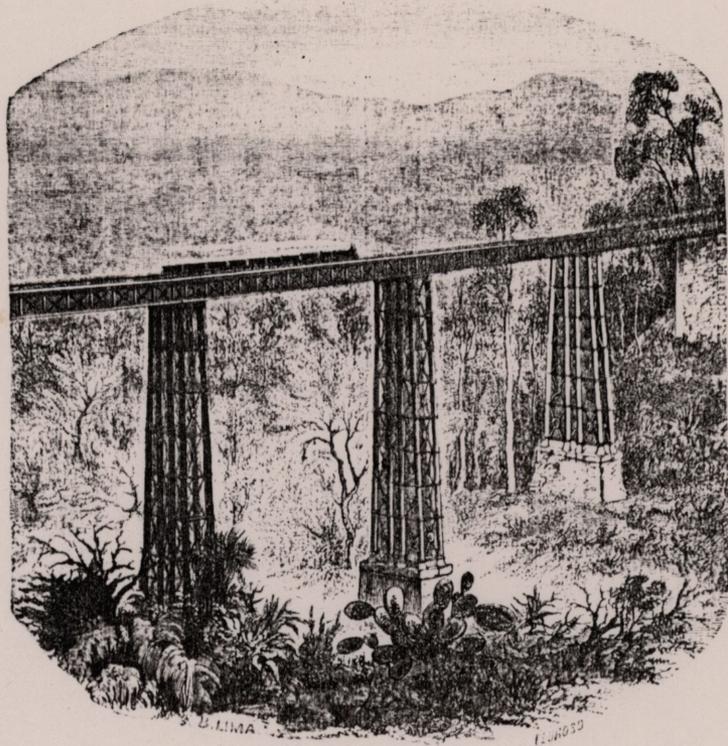
Foram todos confeccionados na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, pelo gravador Carneiro, que os imprimia em média de 240 por dia e depois os entregava aos aprendizes Ernesto, Fonseca, Justino, Coimbra, Sampaio, Neves, Miguel e Coelho, que se encarregavam de recortá-los.

Esses distintivos são hoje raríssimos.

Os VOLUNTARIOS DA PATRIA! Mortos gloriosos, soldados do Império, soldados de minha terra! que os seus nomes sejam esculpidos em letras de ouro entre aqueles que bem serviram a Pátria, pela tenacidade, esforço e heroísmo com que a honraram, edificando o verdadeiro Panteon da Glória Nacional!

1) ANTONIO PEDROSO GOULART, morto gloriosamente numa carga de baioneta na batalha de Tuiuti, travada a 25 de maio de 1866, sob o comando do grande Osório. Promovido a capitão post-mortem, foi também condecorado com a MEDALHA GERAL DA CAMPANHA DO PARAGUAI, instituída pelo Decreto nº 4.560 de 6 de agosto de 1870, feita com o bronze dos canhões tomados ao inimigo. Sua viúva, a Exmª Srª D. Hermínia de Brito Goulart, passou a receber a pensão destinada ao VOLUNTARIO DA PATRIA, de acôrdo com o decreto do Governo Imperial.

2) FRANCISCO DE PAULA NOGUEIRA, filho de Luciano Teixeira Nogueira e D. Francisca de Paula Ferraz, nasceu em Campinas aos 20 de janeiro de janeiro de 1843 e nessa cidade foi batizado, tendo como padrinhos o seu tio, capitão Francisco de Paula Camargo e sua mulher D. Ana. Foi alférez RIOS DA PATRIA. No assalto à Bocanha, porta-bandeira do 7º Batalhão de VOLUNTARIOS em 24 de junho de 1866, logo no começo da batalha, um tiro de peça decapitou o alférez Paula Nogueira, que seguia empunhando a gloriosa bandeira do batalhão.



O célebre Viaduto da Grotta Funda, um dos mais arrojados trabalhos de engenharia executados na antiga S.P.R., segundo gravura em aço publicada na importante revista portuguesa "O Arquivo Pitoresco", em seu Vol., 9, de 1866.

O primeiro trem de Santos a São Paulo correu há 104 anos

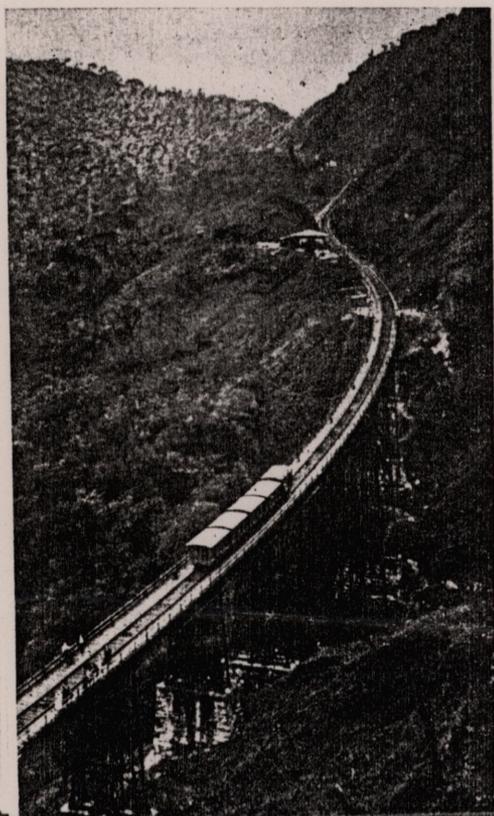
PAULO A. LENCASTRE

Há quase 104 anos, precisamente no dia 10 de dezembro de 1863, corria a primeira locomotiva «em tôda a extensão da 1ª seção da estrada de ferro (The São Paulo Railway Company Limited), desde a cidade de Santos até a raiz da Serra», segundo comunicação feita, por ofício, pelo presidente da Província de São Paulo, dr. Vicente Pires da Mota, ao ministro da Agricultura do Império, a 14 de dezembro de 1863.

Os planos de uma estrada de ferro ligando a cidade de Santos ao interior da Província, visando Jundiá, Sorocaba, Itu, Rio Claro e Moji-Mirim, eram um sonho insistentemente perseguido por Frederico Fomn, um alemão inteligente e progressista, radicado em São Paulo.

Em 1836 Frederico Fomn mandara, por sua própria conta, realizar os estudos para a ligação férrea de Santos a Rio Claro, incluindo nos estudos duas ramificações: uma com destino a Jundiá, passando por São Paulo, e outra com rumo a Sorocaba e Itu. Grande parte dos estudos (plantas de cortes, traçados dos planos inclinados) já estava concluída, quando Frederico Fomn faleceu. Todo o preciosíssimo material sôbre a estrada, do qual constava também ctra-mentos para execução das obras nos diversos trechos foi confiado pela viúva de Fomn, d^a Bárbara d'Aguiar Fomn, ao marquês de Monte Alegre, seu parente. Estes estudos serviram de base para a construção da estrada em seu traçado atual.

De acôrdo com J. Ribeiro — «Cronologia Paulista» — o marquês de Monte Alegre «entregou todos os planos ao visconde de Mauá, seu protegido político». Em 1856 organizou-se uma companhia para realizar o empreendimento. Estava ela constituída do marquês de Monte Alegre, do conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, depois marquês de S. Vicente, e do visconde de Mauá. Um ano antes, o presidente da Província, José Antônio Saraiva, pela Lei nº 495, de 17 de março, «concedia a garantia adicional de dois por cento de juros a qualquer companhia nacional ou estrangeira que contratar com o Govêrno Imperial a construção da estrada de ferro de Santos para esta capital e continuando para o interior», referindo-se, em sua mensagem à Assembléia Provincial, às cidades de Jundiá, Campinas, Limeira, Constituição



Outro dos arrojados viadutos da S.P.R. A fotografia é do ano de 1895 e apareceu no álbum "São Paulo", editado por Gustavo Koemiswald, em Berlim



A Estação da Luz em 1896, segundo gravura em aço do livro "O Estado de São Paulo", de autoria do prof. Tancredo do Amaral. Aparece a parte da estação voltada para a rua Mauá (cujos prédios permanecem até hoje) e nela é visto transitando um dos bondes a burro, usados na ocasião, pois os elétricos só apareceram em 1900.

(hoje Piracicaba), Rio Claro, Moji-Mirim e Batatais, zonas rurais que, afirmava, «possuíam perto de um milhão de arrobas de café e açúcar, além de outros gêneros não levados ao litoral, para serem transportados...»

Neste mesmo ano (1855) o Governo Imperial expediu a Lei nº 838, de 12 de setembro, tornando extensivas as condições do contrato celebrado para a construção da estrada de ferro Recife-Água Preta à companhia que viesse a construir uma via férrea entre Santos e São João do Rio Claro (Rio Claro), na Província de São Paulo. Por essa lei, comprometia-se o Governo Imperial a garantir à empresa juros de cinco por cento sobre o capital empregado na ferrovia, até o máximo de 2 milhões de libras esterlinas.

Em 15 de maio de 1860, o dr. Policarpo Lopes de Leão, presidente da Província de São Paulo, inaugurava, em Santos, os trabalhos da Estrada, que a Companhia de Mauá-Pôrto Alegre não tivera condições econômicas para prosseguir, tendo vendido os direitos de construção, com plantas, projetos e orçamentos, à companhia inglesa The São Paulo Railway, pela importância de 40.000 libras esterlinas.

A estrada começou a funcionar provisoriamente no dia 16 de fevereiro de 1867, em toda a sua extensão — 139 quilômetros — ligando Santos a Jundiá. Era a primeira construída em São Paulo. Essa circunstância consta do relatório do desembargador José Tavares Bastos, presidente da Província, em sua mensagem à Assembléia: «No dia 16 de fevereiro de 1867 ficou provisoriamente entregue ao tráfego toda a estrada de ferro Santos a Jundiá. A receita de 16 a 28 de fevereiro deste ano acusou: Passageiros, 8.783\$960; encomendas, 975\$550; telegramas, 181\$040;

e mercadorias (carga), 26.545\$280, perfazendo um total arrecadado de 36.485\$838» (1).

Para a construção da estrada fora contratado pelo Grupo Mauá-Monte Alegre, Jean Jacques Aubertin, engenheiro francês, mas quem executou os trabalhos foi o engenheiro inglês Daniel M. Fox, chefe da construção e primeiro superintendente da The São Paulo Railway.

O primeiro desastre na Santos-Jundiá ocorreu em 1865, em viagem de experiência. No sinistro, que se deu na capital, entre as estações da Luz e da Moóca, na manhã do dia 6 de setembro, pereceram algumas pessoas (cinco ou seis trabalhadores da estrada, cujos nomes não constam no noticiário sobre a ocorrência) e ficaram feridas outras muitas, entre as quais o barão de Itapetinga, o padre Pires da Mota e o barão de Ramalho.

Depois de inaugurado todo o trecho da via férrea, o primeiro desastre ocorreu em 19 de julho de 1871, entre Jundiá e São Paulo. A companhia foi processada e compareceu perante o Júri, na capital, o seu superintendente, eng. D. M. Fox. Foi absolvido de qualquer responsabilidade. Defendeu a empresa no Júri, José Bonifácio — o moço.

A São Paulo Railway foi eletrificada em 1950; encampada pelo Governo da União a 6 de outubro de 1946, quando passou a chamar-se Estrada de Ferro Santos a Jundiá, fazendo, daí em diante, parte da Rede Ferroviária Federal. Na véspera do dia em que o Governo da União deveria tomar posse da Estrada ocorreu violento incêndio na sede da Companhia — Estação da Luz — destruindo por inteiro documentação, livros e causando elevados prejuízos.

1 — Importâncias em mil réis. Em cruzeiros novos despresando-se as frações, seriam respectivamente: \$ 8,78; \$ 0,95; \$ 0,18; \$ 26,54 e \$ 36,48.

PAULISTÂNIA

REVISTA-DOCUMENTÁRIO DE SÃO PAULO

A TÓDAS AS PESSOAS, BIBLIOTECAS, ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS QUE RECEBEM ESTA REVISTA, A SUA DIREÇÃO SOLICITA, COM O MAIOR EMPENHO, QUE, POR MEIO DE CARTA DIRIGIDA AO SEU DIRETOR, ACUSEM O RECEBIMENTO DO PRESENTE NÚMERO E, SE POSSÍVEL, OPINEM A RESPEITO.

A CONTINUAÇÃO DA REMESSA DOS PRÓXIMOS NÚMEROS DEPENDERÁ, TACITAMENTE, AO ATENDIMENTO DA PRESENTE SOLICITAÇÃO.

Enderêço: Rua Formosa nº 367 — 26º andar — São Paulo — Brasil